



PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL: PERCURSOS DO ENSINAR E APRENDER DE UMA NAÇÃO

Emerson Araújo Do Bú(1); Janeildo Santos da Silva(2); Rhyrilly Pâmella Ribeiro da Silva(3)

(1) Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; (2) Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba; (3) Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

Sabe-se que a educação no contexto brasileiro enfrentou, até firmar-se como hoje é compreendida, diversos embates. Nesta acepção, dentre os diversos rumos tomados até a sua constituição, ressalta-se o ensino das raízes Afro para brasileiros, assim como a conseguinte formação de docentes negros/as no país. Assim, considerando-se a importância da temática, e, sabendo-se da importância de apresentações gerais desse contexto, objetiva-se com o presente estudo expor o estado da arte sobre o tema. Trata-se pois, de uma revisão da literatura, com abordagem descritiva e exploratória. A partir do material discursivo analisado, desenvolveu-se uma reflexão sobre o ensino promovido no Brasil, do passado aos dias atuais, considerando-se o seu contexto sócio-histórico, com a criação do tópico de análise intitulado: O DOCENTE NEGRO/A NA HISTÓRIA: relatos teóricos e práticos daqueles outros docentes. De forma ampla, concebe-se que não apenas o(a) docente negro(a) precisa conhecer, de modo aprofundado, o enraizamento cultural dos problemas discutidos ao longo do presente artigo, mas sim todos os educadores, uma vez que a edificação da educação brasileira ainda permanece em formulação, fazendo-se necessário entender contextos sócio-históricos de acontecimentos que influenciam nossos comportamentos até hoje.

Palavras Chave: Educação Étnica Racial; Professor(a) Negro(a); Diversidade na Educação.



INTRODUÇÃO

As primeiras atividades educacionais sistematizadas nas terras tupiniquins, possuem suas origens com a chegada dos Portugueses. Não se pode deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram o padrão de educação próprio da Europa, rígido, hierárquico e absoluto. É importante compreender que as comunidades que viviam naquele território possuíam, também, suas próprias características para o ensino e aprendizagem, infinitamente diferentes, pautadas na cooperação, respeito e no natural (STAMATTO; SUCUPIRA, 2007). Convém destacar que a educação que praticava-se entre as populações indígenas não possuía características repressivas, comum do modelo educacional europeu (BELLO, 2001).

O nascimento da educação brasileira, no período colonial, data o ano de 1549, a partir da chegada da Companhia de Jesus, que aqui permaneceu até os anos de 1759. Neste período, os jesuítas portugueses buscavam a evangelização dos índios como plano primário, mas havia uma procura pela educação e ensino para alfabetização e etiqueta social no contexto português.

O *Ratio Studiorum*, uma espécie de cartilha pedagógica que os padres usavam, possibilitou a consolidação dos ensinamentos bíblicos da Igreja Católica e a direção educacional dos povos gentios brasileiros (LACERDA; LIMA, 2010). A mais importante estratégia usada para a orientação do ensino, auscultando atrair os indígenas, foi a indução pelas crianças. Para esse fim, ordenava-se buscar de Lisboa crianças órfãs, em especial meninos (SAVIANE, 2005).

Em 1759, ano em que o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas das terras brasileiras, período reconhecido como Reforma Pombalina, o investimento em educação na colônia perdeu espaço, representando o primeiro decréscimo importante na educação da população. Segundo Ribeiro (1993), “este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases.”

Sabe-se que, ao longo da história brasileira, diferentes facetas do contexto educacional foram vividas pela população, pelo governo e pelos atores deste processo: os professores. Nos primeiros anos da República foram várias as propostas educacionais, sempre pautadas na inovação do ensino. Mesmo assim, as elites do período não apoiaram importantes reformas desencadeadas neste contexto. Um exemplo de



fracasso em impulsionar ideias de inclusão de disciplinas científicas no currículo e maior organização dos níveis do sistema educacional foi a Reforma de Benjamin Constant.

Muito se perdeu nas décadas seguintes, pois, sem apoio político, o Código de Epiácio Pessoa (1901), que buscava incentivar o consumo literário e inversão da lógica no ensino, além da Reforma Rivadávia (1911), que propunha retomar a orientação positivista, tiveram resultados desastrosos. Esse contexto motivou, ainda, as reformas de 1915 de Carlos Maximiliano e de 1925 de Luiz Alves e Rocha Vaz. Observa-se assim, que a educação permanecia como produto e consequência do modelo social e econômico daquele período histórico.

Outra mudança diz respeito à busca pela melhor qualidade do ensino pelas famílias ricas, fazendo do ensino privado um extenso investimento no país, crescendo não apenas em qualidade de ensino e número de professores, mas também em número de vagas para estudantes secundaristas. Tal expansão ocorre mais lentamente no ensino público, com pequeno aumento no número de docentes e relativa diminuição das escolas e matrículas, isso por que a economia não exigia uma formação em segundo grau ou ensino médio.

Na década de 1920, junto ao declínio das oligarquias brasileiras, crise do modelo agrário/exportador e impulso à industrialização com o paradigma nacional-desenvolvimentista, fortalece-se a classe burguesa e suas reivindicações por mudanças. A partir disto e nos anos seguintes, revoluções como “o Tenentismo, o Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos, vão ser incorporados à educação e influenciarão toda a organização escolar deste período” (RIBEIRO, 1993).

Junto a Revolução de 30, um movimento recebe destaque, nomeado de Escola Nova, com caráter totalmente diferente de tudo o que já havia acontecido na história do país, uma vez que os próprios educadores se levantaram para denunciar o analfabetismo e outras dificuldades enfrentadas. Defendia-se assim, o ensino universal, gratuito e obrigatório, assim como a reorganização do sistema educacional, com ênfase no papel do Estado na reconstrução nacional. Sobre o tema, Ribeiro (1993) esclarece:

De 1920 a 1929, teremos reformas educacionais estaduais a nível primário: a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a de Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais, em 1927; a de Fernando Azevedo, no então Distrito Federal, em 1928; e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, também em 1928. Podemos falar numa "aliança" entre os modelos educacional e econômico-político. Era o liberal pragmatismo da Escola Nova influenciando estas reformas pedagógicas: - A Escola Primária

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Integral procurava exercitar nos alunos os hábitos de educação e raciocínio, noções de literatura, história e língua pátria, desenvolvendo o físico e a higiene. - O Ensino Médio integrava o Primário e o Superior, desenvolvendo o espírito científico com múltiplos tipos de cursos. - Defendia-se a organização universitária, voltada para o ensino, pesquisa e formação profissional, e criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Segue-se a isto, a criação do Ministério da Educação em 1930, tendo por ministro Francisco Campos. Tal ministro promove pequenas reformas que geram descontentamento entre os participantes da reforma de 20 e, acaba por culminar na assinatura do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O período 1931-1937 ficou conhecido por “Conflito de Ideias”, em que os católicos e pioneiros da educação nova defendiam diferentes princípios em função da educação no Brasil. Este cenário divergente e antagônico fortaleceu o governo de Getúlio Vargas, pois atendia tanto a um grupo quando ao outro. A promulgação da Constituição de 1934, deu relevância à Educação, atribuindo a União a competência para gerar diretrizes educacionais para o país.

Durante o Estado Novo, em 1937, é promulgada uma nova constituição, que afirma que a arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e, mantém-se a gratuidade do ensino primário, estabelecendo no mesmo artigo, o regime de cooperação entre a indústria e o Estado. Ou seja, enfatiza-se a profissionalização e formação de mão de obra tecnicamente competente para desenvolver funções novas no mercado de trabalho. Neste período, o ensino teve caráter enciclopédico e hierárquico, recebendo influências da industrialização na década de 30 e 40, do ensino nazi-facista durante a década de 40 e do comércio, também na década de 40.

Junto ao período democrático que se segue à queda de Getúlio Vargas, com o general Eurico Gaspar Dutra na presidência, acontece uma renovação do ensino primário e do ensino normal. O SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) foi criado em 1946.

Uma grande mudança seria observada após a posse de Clemente Mariani, Ministro da Educação e Lourenço Filho, que conseguem aprovar em lei a Reforma Geral da Educação no País, em 1961. Enquanto isso, emerge novamente o conflito entre escolas públicas e particulares, gerando grandes desentendimentos de ordem política e social na década de 50. Afirmava-se que apenas as escolas particulares, defendidas pelas famílias mais ricas e Católicos, eram capazes de educar e formar o caráter, enquanto aqueles que defendiam as escolas públicas fundamentavam ideias na doutrina liberal-pragmática, buscando ajustar o indivíduo à sociedade. O conflito só tem sua resolução em 1961, com a aprovação da Lei nº 4024 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional,



que beneficiou ambas as escolas, particulares e públicas, projeto enviado ao Congresso Nacional em 1948.

Segundo Paiva (1973), durante a década de 60, devido a aprovação da LDB de 61, ganharam força os Movimentos de Educação Popular, que tornavam acessíveis ao povo elementos da cultura brasileira, tal como: teatro, cinema, artes plásticas, ensino para alfabetização e empoderamento político. Neste período, o Sistema Educacional Brasileiro passou por importantes transformações e marcos, destacando-se a Criação da Atual Fundação CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior) em 1951 e a disposição do Conselho Federal de Educação em 1961.

O Golpe Militar, em 1964, interrompeu esse progresso, colocando o foco na economia, capital financeiro e exportação de materiais manufaturados e produtos agrícolas, esforçando-se para superar a crise nos primeiros anos, entre 1964/1966 e, em seguida voltando-se à um acentuado desenvolvimento do setor industrial, entre os anos 1967/1968.

Em paralelo, o país passou por um extenso período de repressão de setores da sociedade que não compactuavam com o governo, a saber: censura à imprensa e meios de comunicação, tortura de presos políticos, exílios de grandes personalidades, arrocho salarial e concentração de renda nas altas camadas da sociedade (DREIFUSS, 1981).

Nesse contexto, duas grandes personalidades que merecem ser citadas são Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Darcy Ribeiro foi Ministro da Educação durante o Governo do presidente João Goulart (1962-1963) e chefe da Casa Civil entre 1963-1964. Depois do Golpe de 64, tal como outros pensadores brasileiros, teve seus direitos políticos cassados e foi obrigado a se exilar no Uruguai. No mesmo período, Paulo Freire contribuiu com as reformas de base, debatendo as primeiras experiências do que se tornaria o Plano Nacional de Alfabetização, voltado para capacitação de professores e alfabetização em massa da população. Em 1964, pouco meses após os preparativos para o Plano, a iniciativa foi extinta pelo poderio militar.

A educação não ficou isenta dos impactos do governo militar, sofrendo grandes perdas quantitativas e qualitativas no ensino superior, sendo necessária a intervenção externa, criando-se vários acordos entre Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e a *Agency for International Development* (AID), denominados acordos MEC-USAID, que ofereciam financiamento à educação através de bolsas e verbas.

A busca da classe média pela educação cresceu vertiginosamente, assumindo-se o caminho para a ascensão social e financeira desejada

por muitos, incentivada pela vinda de grandes empresas estrangeiras e exigência de formação superior. Todavia, o sistema educacional não acompanha este crescimento na mesma velocidade: faltam vagas para ingresso no ensino superior e faltam vagas para filhos de operários no ensino elementar. O governo sentiu a pressão popular, compreendeu que os acordos MEC-USAID não eram suficientes para essa demanda e cria a Comissão Meira Matos, em 1967, para fazer um diagnóstico da educação no Brasil no período e repensar propostas que atenuassem os movimentos estudantis.

Eclodiam-se nesse período as pequenas guerrilhas urbanas e rurais, e as classes estudantis e trabalhadoras reivindicavam maior liberdade democrática, enquanto o governo respondia com uma série de leis decretadas para reprimir as manifestações de diversos setores sociais. Eram os chamados Atos Institucionais, sendo o Ato Institucional (AI) N° 5, de 1968, o de maior relevância, uma vez que extinguiu todas as liberdades individuais dos cidadãos e deu plenos poderes ao presidente da República. Um destes decretos era específico para a educação, o Decreto-Lei 5692/71 destinado às radicais mudanças no 1° e 2° graus, e tinha como principal preocupação a profissionalização. Essa Lei foi alterada apenas em 1982, pela Lei 7044, de outubro.

As reformas educacionais das décadas 70 e 80 foram feitas por grupos minoritários com diferentes interesses na busca pela melhoria do ensino para a sociedade. Destarte, tais iniciativas não resultaram em grandes avanços em níveis nacionais.

No fim da década de 80, quando promulgada a Constituição de 1988, após o movimento para (re)democratização no país, se trouxe inovações e novos objetivos, assumindo-se desde então, uma educação universal e fim do analfabetismo.

Hoje, 38 anos pós a promulgação da Constituição, após duas emendas constitucionais (Emendas n° 14/96, 53/06 e 59/09), e após a aprovação do texto atual da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n°. 9.394/1996, abre-se caminho para uma reforma de amplo alcance normativo e de orientações gerais para o sistema educacional. Vale ressaltar a criação do FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei n° 9.424/96) para financiamento da educação no país (BRASIL, 2014).

Bittar e Bittar (2012), afirmam que durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a escola brasileira recebeu extensivo impulso governamental, especialmente o para qualificação do ensino fundamental.



Já Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil entre 2002-2010, ampliou o Fundef, renomeando-o de FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei nº 11.494/07). Também, implantou, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) revolucionando o ensino superior em termos de números, e implementou, em 2004, o Programa Universidade Para Todos (ProUni).

O Governo de Dilma Rousseff manteve os investimentos dos governos anteriores e expandiu sua atuação sob o slogan “Educação para Todos” e “Pátria Educadora”, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), do Plano Nacional da Educação, que estabelece como meta 10% do PIB para gasto com educação, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criação de novas universidades federais e o Programa Ciência Sem Fronteiras. Após o impedimento da presidente Dilma, e consecutiva posse de Michel Temer, com pouco mais de 100 dias como presidente interino, observa-se ameaças e cortes no ensino superior e suspensão de programas de financiamento dos estudos em universidades privadas.

Sabe-se assim, que a educação no contexto brasileiro enfrentou, até firmar-se como hoje é compreendida, diversos embates. Nesta acepção, dentre os diversos rumos tomados até a sua constituição, ressalta-se o ensino das raízes Afro para brasileiros, assim como a conseguinte prática de docentes negros/as no país. Destarte, considerando-se a importância da temática, e, sabendo-se da importância de apresentações gerais desse contexto, objetiva-se com o presente estudo expor o estado da arte sobre o tema.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão da literatura, com caráter descritivo e exploratório, embasada em uma análise de caráter qualitativo, aprofundando-se no mundo dos significados, das essências, das crenças e dos valores expostos nos estudos recuperados para análise (MINAYO, 2007). Ressalta-se que os artigos foram encontrados na base de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando-se como critérios de exclusão: artigos repetidos; que não tratassem diretamente do tema. Destaca-se ainda, que para recuperar tais artigos recorreu-se aos seguintes descritores: “Educação Étnica Racial AND Professor(a) Negro(a)”.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O DOCENTE NEGRO/A NA HISTÓRIA: relatos teóricos e práticos daqueles outros docentes...

O ensino na Educação Infantil, no Brasil, é difícil por natureza e estudos já comprovaram que há uma taxa de abandono da profissão docente de 33% nos primeiros 3 anos da carreira do profissional que lida em tal campo de atuação (SILVA, 2012). Isso atesta a falha na formação para a diversidade do alunado brasileiro e o ambiente hostil para aqueles que não se identificam com o ensino docente.

Maior gravidade é observada no que diz respeito ao ensino pelo professor(a) negro(a), para o(a) estudante negro(a) e abordagem da cultura negra nos ambientes escolares. Hoje, políticas públicas norteiam o ensino para a cidadania e diversidade, prevendo qual a formação necessária aos professores e aos estudantes para resgatar e valorizar questões étnicas raciais, mas nem sempre foi assim.

Historicamente, a articulação entre educação e diversidade étnico racial é recente, observando-se o início de debates deste tipo apenas na década de 1930 no Brasil, inclusive, com um começo bastante peculiar. Lideranças da época sugeriram ações de políticas educacionais que almejavam anular a diversidade, eliminando as influências italianas, alemães e africanas da educação formal infantil, buscando-se assim, a “Nacionalização” do ensino (PINTO, 1999).

O livro *O Negro Brasileiro*, grande destaque atual que foi escrito, em 1934, por Arthur Ramos, tratava de temas relacionados a educação no país, inclusive propondo uma profunda reforma educacional e já concluía que estavam ausentes, do ensino primário, quaisquer conteúdos que afirmassem a presença africana na formação cultural e social da população brasileira.

Ramos (1934) foi contra tudo o que se acreditava no período ao publicar sua obra, uma vez que a cultura negra era repudiada e considerada empecilho para integração do negro ao “mundo do branco”. Pinto (1999), ao abordar a temática, afirma que, pontualmente, eram observados pequenos empenhos em desconstruir estigmas negativos do homem africano.

O professor negro desempenhou relevante papel na transformação deste cenário, atuando ativamente, durante o Estado Novo de Vargas, buscando uma maior diversidade no sistema educacional em prol do alunado, iniciando o



debate de contribuições da cultura negra para a sociedade brasileira e combate a preconceitos (ROMÃO, 2005).

Apenas na década de 1980 o número de estudos publicados sobre os temas étnico-raciais cresceu, acompanhando um maior número de teses e dissertações tratando do assunto. Foi iniciada, aí, a busca pela representação das minorias étnico-raciais e culturas diversas na literatura didática e paradidática, permeado a uma maior sensibilidade no cenário educacional para a diversidade (PINTO, 1999). Observou-se que, já neste período, foram inseridas disciplinas que tratavam de temas e características étnico-raciais ou socioculturais de indígenas e negros, todavia, isto acontecia pobremente.

Ocorreu, em 1994, a Conferencia Nacional de Educação Sobre o Plano Decenal para Todos, estando incluído, na sua programação, o Seminário do Plano Decenal e os Compromissos com a Cidadania. Este evento constitui como um marco histórico, contando com a participação de estudiosos das relações étnico-raciais e educadores no debate de questões de diversidade no contexto escolar.

No final da década de 1990, a Associação Nacional de Pós Graduação em Pesquisa e Educação também desempenhou importante papel, ao identificar, incentivar e contribuir para o debate da cultura negra em seus encontros anuais e promover, junto à Fundação Ford, financiamento e incentivos para a pesquisa sobre o negro e a educação (ROMÃO, 2005).

Também nesta década é observada a elaboração de princípios norteadores do ensino ancorados em problemáticas da sociedade surgindo em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Começa a fazer sentido discutir sobre identidade, respeito, expressões culturais e discriminação. Este período foi definido por um turbilhão de informações e lutas em prol da formação do alunado completa e ideal de um cidadão crítico-reflexivo, colhendo-se os frutos destes avanços nas décadas seguintes.

Em 1997 foram estabelecidos os Padrões Curriculares Nacional pelo Ministério da Educação, definindo como prioridade o compromisso com a cidadania, dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos e (co)responsabilidade pela vida social, resultando em um conjunto de orientações para maior articulação de conteúdos e aberto a novas temáticas.

Para estas “novas temáticas” foram definidos aspectos que auxiliassem à sua escolha: seriam temas que representassem grandes obstáculos à concretização da cidadania plena, que afrontassem a dignidade humana e que deteriorassem a qualidade de vida.

Assim, temas de maior complexidade e que não faziam parte da formação dos docentes (em nível superior) e alunado (na educação



infantil formal), como ética e moral, violência, convívio social, estereótipos, especificidades regionais, pluralidades culturais, uso de recursos naturais a valorização de experiência de vida de educandos e debate sobre segmentos sociais marginalizados foram introduzidos no sistema educacional. Tais temas transversais foram pareados em mesmo nível de disciplinas necessárias, porém, agora, vistas como insuficientes (Matemática, Português, Ciência, História, etc.) para a formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que não apenas o(a) docente negro(a) precisa conhecer, de modo aprofundado, o enraizamento cultural dos problemas discutidos ao longo do presente artigo, mas sim todos os educadores, uma vez que a edificação da educação brasileira ainda permanece em formulação, fazendo-se necessário entender contextos sócio-históricos de acontecimentos que influenciam nossos comportamentos até hoje.

Faz-se importante refletir ainda que mesmo possuindo-se políticas públicas que norteiam o ensino para a cidadania e diversidade, prevendo-se qual a formação faz-se necessária aos professores e estudantes para resgatar e valorizar questões étnicas raciais, muitos desafios ainda são encontrados no contexto de salas de aulas, como o preconceito e discriminação. Assim, aponta-se para a necessidade de intensificações de práticas que promovam com mais qualidade ao ensino das raízes Afro, raízes estas que são preponderantes para entender a cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

BELLO JLP. **Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco.** Rio de Janeiro; 2001.

BITTAR, M; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo dedemocratização da sociedade. **Acta Scientiaum**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, Julho-Dezembro, 2012.

BRASIL. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2015.** 2014.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAVALLEIRO, E. S. (Orgs.). **Racismo e antirracismo na Educação:** Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.



DREIFUSS, R. A. 1964: **A Conquista do Estado**. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

GOMES, N. L. Educação, Identidade negra e formação de Professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

LACERDA, E. P.; LIMA, W. S. **Supervisão Escolar**: perspectivas de ação face ao processo de avaliação da aprendizagem. 2010.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Vol. I, Tomo II. São, Paulo: Abril Cultural, 1984.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, métodos e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**: Contribuição à História da Educação Brasileira. São Paulo, Edições Loyola, 1973.

PINTO, R. P. Diferenças Étnico-Raciais e Formação do Professor. **Cadernos de Pesquisa**, nº 108, novembro 1999.

POCHMANN, M. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, Julho 1993.

ROMÃO, J. (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias**/Organização. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

STAMATTO, M.M.D, SUCUPIRA, M.I (orgs). **O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFERN, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 17ª Ed. São Paulo: Autores associados, 2005.

SILVA, C. R. Vivências se um professor negro na educação infantil. **Revista África e Africanidades**, v. 4, n. 16 e 17, fevereiro de 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. (3. ed.) Petrópolis: Vozes, 2003.